

FACE DE UMA UTOPIA:  
DAS IMAGENS DA CIDADE DE PORTUGAL DA EXPANSÃO (SÉCULO XVI)<sup>1</sup>

Ana Paula Avelar  
UNIVERSIDADE ABERTA

Ao tocar numa das faces do discurso utópico estamos necessariamente a expor o modo como no universo humanista de Quinhentos se teceram os laços de convivialidade intelectual, nomeadamente entre os círculos portugueses e ingleses. Sendo o Renascimento considerado por muitos como o período de ouro da *Utopia* e sem desenvolvermos uma das suas vertentes nucleares, a que se tece na conceptualização das várias correntes do messianismo imperial, tocaremos o seu solo matricial, a escrita desta *ideia* e a sua presença num tempo, o Portugal da Expansão (século XVI). Thomas More, ao redigir em 1516 a sua *Utopia*, formula não só a *ideia*, mas igualmente a sua *gramática* enunciadora. Corporiza-a através de um paradoxo, o do oxímoro figurado no signo, o qual significa ao mesmo tempo, eu-topos, sinónimo de *bom lugar*, e ou-topos, sinónimo de *nenhum sítio*<sup>2</sup>.

Tal duplicidade presentifica-se igualmente no modo como se define a obra, na sua arquitectura ficcional: na primeira parte do texto descreve-se a Inglaterra de More, onde predominam os tons escuros de um presente que é iluminado, na segunda parte da obra, pela descrição de uma ilha onde se vive em idílica harmonia. Ecoam, nestes momentos, a *perfeição*, como que se vislumbrássemos centelhas de uma longínqua Idade do Ouro. Aliás, estamos num tempo onde recorrentemente se evocam as *Metamorfoses* de Ovídio, num tempo onde flui a definição matricial da Idade de Ouro, aquela onde se cultivava a lealdade e o bem através da própria iniciativa dos homens, sem que fosse necessário a intervenção

---

<sup>1</sup> Este tem sido o tema sobre o qual tenho dedicado alguma atenção. A explanação de alguns dos vectores foram por mim enunciados na comunicação intitulada "Da Polis e Utopia da cidade do Renascimento em narrativas de Quinhentos" que apresentei no *Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares*, no ciclo de comunicações subordinado ao tema o Imaginário da cidade, a qual foi publicada na *Revista Discursos . Língua, Cultura e Sociedade*. III série , n.º 5, Lisboa: Universidade Aberta, 2003, 131-141. Também no encontro *Internacional sobre Estudos Utópicos* esta temática é desenvolvida, explanando-se neste texto alguns dos vectores aí enunciados.

<sup>2</sup> Cf. J. Martin Evans, *America the View from Europe*. New York-London: W.W. Norton & Company, 1976, 19.

da autoridade, sem a necessária presença da Lei. Não existia o castigo ou o medo e os homens só conheciam os seus próprios *litorais*, num ambiente de paz.<sup>3</sup>

Por outro lado, emblematicamente ecoa ainda no discurso renascentista e, nomeadamente no século XVI, a crença da existência de um paraíso terrestre, o qual se revelara sempre inacessível, tendo sido recorrentemente figurado num recôndito Oriente; Oriente que, neste alvor da Modernidade, se vai a pouco e pouco desvendando. Estamos no momento em que novos espaços são atravessados pelos ibéricos, e muito em particular pelos portugueses, atingindo-se aqueles que foram sendo os locais míticos de localização na Terra do paraíso. Contudo, este mesmo trilhar, e nomeadamente o encontro com o exótico espaço americano, leva a que atravesse as descrições dessa novidade, momentos, imagens, qualidades que recordam o jardim do Éden.

As *faces* veiculadas, nesta época, sobre os ameríndios, são disso exemplo. Recorde-se as palavras de Caminha sobre os primeiros contactos travados entre a expedição de Pedro Álvares Cabral em terras de Vera Cruz, escrevendo a sua crença na sua inocência<sup>4</sup> ou as palavras de Colombo, que nas suas cartas referencia a generosidade dos índios, o seu desprendimento face aos bens materiais, a completa inexistência de artificialidade no modo como se relacionam com os *Outros*<sup>5</sup>. A sua convicção de que as novas Índias bordejavam o paraíso terreal atravessa as suas cartas, em particular na forma como evoca a luxuriante vegetação do Haiti, ou como referencia o Cabo Hermoso e a sua odorífera flora, exalando as suas flores e árvores uma fragância tão boa e suave, *que era a coisa mais doce do mundo*<sup>6</sup>. O próprio Américo Vespúcio evocaria numa carta a Lourenço de Médicis a prodigalidade da terra sul-americana, os deliciosos aromas das suas árvores, flores, os seus frutos saborosos

<sup>3</sup> " La primera edad que se créo fue la de oro, la que cultivaba/ la lealtad y el bien, sin autoridad, por propria iniciativa, sin ley./no axistía el castigo y el miedo, ni se leían amenazas/ en tablas de bronce ni suplicante la gente temía/ el rosto de su juez, sino que sin autoridad vivían seguros./ El pino talado en sus propias montañas todavía non había bajado, / para visitar el mundo extranjero,a las límpidas aguas del mar, / y los hombres no conocian más que sus propios litorales ."Ovidio, *Metamorfosis*. Madrid: Alianza Editorial, 1995, 68.

<sup>4</sup> Cf. Pêro Vaz de Caminha, *Carta a el-rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974, 72 . Atente-se igualmente nas palavras proferidas um pouco mais à frente, neste mesmo texto, no momento em que foi rezada missa em terras do Brasil : " Assim, senhor, que a inocência desta genta é tal, que a d'adão não seria mais quant'a em vergonha. Ora veja Vossa Alteza quem em tal inocência vive, ensinando-lhes o que para a sua salvação pertence, se converterão ou não." *Ibidem*, 81.

<sup>5</sup> Cf. Tzvetan Todorov, *The Conquest of America*. Oklahoma: University of Oklahoma, 1999, 39

<sup>6</sup> Jean Delumeau, *Uma História do Paraíso-O jardim das Delícias*. Lisboa: Terramar, 1994, 134.

e benéficos, a variada fauna pujante nas suas cores e variedade, enfim o diferente tão difícil de ser descrito<sup>7</sup>.

Aliás, a evocação inspiradora em More do relato de Américo Vespúcio é por demais evidente na filiação encontrada pelo Visconde e cidadão de Londres, como ele próprio se denomina, na apresentação que faz do seu *herói* Rafael de Hitlodeu, o qual: "...conhece bastante o latim e sabe grego na perfeição. Como se dedicou predominantemente à filosofia, cultivou a língua de Atenas mais que a de Roma. Eis por que, em questões de relativa importância, citará passos de Séneca e de Cícero. Nasceu em Portugal. Novo ainda, abandonou a fortuna paterna aos irmãos e, levado pela intensa paixão de conhecer mundo, ligou-se a Américo Vespúcio e seguiu-lhe a sorte. Nem por um instante abandonou este grande navegador em três das suas quatro viagens, cuja narrativa ocorre hoje em tantos livros. Não regressou, no entanto, à Europa com ele. Américo Vespúcio, acedendo aos seus reiterados pedidos, concedeu-lhe o ser um dos vinte e quatro que ficaram nos confins da Nova-Castela. Deixou-o, como desejava, no litoral da América."<sup>8</sup>

Contudo, o próprio More, ainda que situe a Utopia no *Novus Mundus*, afirma na carta endereçada a Pedro Egídio acerca do envio do seu livro, que negligenciou saber onde se situava tal ilha, o que o faz sentir como: "(...) um louco, que tendo escrito quanto escreveu acerca da ilha, ignora em que oceano se encontra."<sup>9</sup>

Outros não deixam de claramente plasmar uma vivência de uma Idade do Ouro neste novo espaço. Pierre Martyr d'Anghiera fá-lo claramente ao descrever os habitantes de Hispanhola: "Mais, à mon avis nos insulaires d'Hispaniola sont plus heureux que ces pleuples-là, pour peu qu'ils s'imprègnent de religion, puisqu'ils vivent nus, sans poids ni mesures, sans non plus de richesses qui causent la mort, connaissant un âge d'or sans lois, sans juges chicaneurs, sans livres, satisfaits de la nature, sans se soucier aucunement du

---

<sup>7</sup> Tomemos a citação que Jean Delumeau referenciou, indicando que este utilizou: "...todos os lugares –comuns da literatura paradisiaca, evocando "a terra amena, coberta de árvores em número infinito e altíssimas, que não perdem as folhas, espalham odores suaves e aromáticos, estão carregadas de frutos saborosos e bons para a saúde do corpo; os campos de erva densa que estão repletos de flores maravilhosas pelo perfume delicioso que espalham; a imensa multidão dos pássaros de espécies variadas, cujas plumagens, as cores e os cantos desafiam toda a descrição" E acrescenta o navegador : ' Pensava comigo estar junto do paraíso terrestre.' "*Ibidem*, 135.

<sup>8</sup> Tomás Morus, *A Utopia*. Lisboa: Guimarães Editores, 2003, 25.

<sup>9</sup> *Ibidem*, 12

futur."<sup>10</sup>Contudo, até o próprio Martyr d'Anghiera considera os limites desta Idade do Ouro, afirmando: "Cependant même ces hommes sont tourmentés par l'ambition qui les pousse à commander, et ils se battent entre eux; mais nous pouvons penser que l'âge d'or n'était pas du tout protégé pas du tout protégé contre ce fléau. Bien au contraire, à cette époque aussi, le 'cède-je ne céderai pas' a existé parmi les mortels." <sup>11</sup>

A marca do Novo Mundo é clara em More, como já referimos. Está igualmente presente nesta gramática utópica a enunciação da ideia da cidade como espaço de governo, onde se exerce o poder, e este aspecto é tanto mais importante quanto a urbe é pensada no nosso Renascimento como espaço que deve ser projectado e *ordenado*. Na obra de More as cidades obedecem ao princípio de similitude: "Quem conhece uma cidade conhece-as todas, porque todas são, como já disse, exactamente semelhantes, tanto quanto o permite a natureza e configuração do solo."<sup>12</sup> Outras vozes se vislumbram neste discurso, como as dos primeiros urbanistas que defendem a simbose profunda entre a disposição da cidade e os acidentes do terreno, copiando o traçado das ruas o curso natural dos rios<sup>13</sup>.

Esta enunciação obedece, de certa forma, ao cumprir do sonho de uma cidade ideal, que atravessa pintores e arquitectos no período renascentista sempre inspirados pela concepção arquitectónica vitruviana, na exposição daquela que foi a intensa procura do vestígio das ruínas, do que permaneceu dos Antigos. É assim que encontramos como leitura e interpretação obrigatória dos tratadistas da Renascença o *De Architectura* de Vitruvius. Sendo o seu sistema construtivo evocado não só por aqueles que se debruçam sobre essas questões, mas também por aqueles que aplicam o seu enunciado de *Fabrica* como "(...) a forma conveniente é atribuída à matéria de que todos os tipos de obras são feitos"<sup>14</sup> e o *Ratiocinatio*, onde se: "(...) explica e demonstra a conveniência das proporções que as coisas que se querem fabricar devem ter(...)" <sup>15</sup>.

Estes princípios vitruvianos são claramente empregues e evocados por outras *artes*, como aquela que é a escrita da História. Ao descrever a presença portuguesa no Oriente,

<sup>10</sup> Pierre Martyr d'Anghiera, *De Orbe Novo Decades...* Paris: Les Belles Lettres, 2003, 52. O texto latino referido em tradução encontra-se na p. 53.

<sup>11</sup> *Ibidem*.

<sup>12</sup> Tomás Morus, *op. cit.*, 72.

<sup>13</sup> Cf. Claude- Gilbert Dubois, *L'Imaginaire de la Renaissance*. Paris: Puf, 1985, 171, onde este autor explana o modo como se descreve e traça a cidade.

<sup>14</sup> *Os dez livros de arquitectura de Vitruvius*. Lisboa: Instituto Superior Técnico, 1998, 2.

<sup>15</sup> *Ibidem*.

João de Barros, um dos primeiros historiadores da Expansão portuguesa, afirma logo na sua primeira Década da *Ásia...* que aquilo que alicerça a sua escrita é algo *à maneira* dos arquitectos. Tal como eles, que implantam o seu edifício em terra firme, sob alicerces de pedras *duras, gráves e meudas*, de molde a que tudo o edifício seja sólido, também este historiador constrói a sua História<sup>16</sup>. A conquista é o fundamento do seu discurso, os seus alicerces. Na sua Segunda Década que se debruça preferencialmente sobre os acontecimentos que ocorreram durante a permanência de Afonso de Albuquerque no Oriente, o cronista escreve que a construção do edifício de pedras lavradas e polidas será na sua História o relato dos mais ilustres feitos que concorreram para a presença efectiva dos portugueses nas novas paragens. O recurso à descrição de outros acontecimentos só acontece, segundo Barros, quando estes servem para *atar e liar a parede* da História, pois é necessário que não apareça *muito entulho*<sup>17</sup>, e que o relato se atenha ao que seja verdadeiramente importante.

Esta imagem não é uma escolha fortuita. Vitruvius é lido por Barros à luz do seu tempo, à luz das premissas renascentistas num momento em que o arquitecto *especulativo* toma o lugar do arquitecto construtor ou operativo definido pelo próprio Vitruvius<sup>18</sup>. É na Renascença que aparece a designação de arquitecto, isto é, aquele que está "acima de pedreiro", ou "primeiro (no sentido de superior) construtor", o arquitecto é o que pensa a forma construtiva. Estamos em presença de uma promoção intelectual e social do artista, sendo o *Tratado* um acto fundamental para a respectiva carreira.

Não é por acaso que nos surge uma obra como *Da Fábrica que falece ha cidade de Lisboa*, escrita por Francisco de Holanda, em 1571. Este humanista português, arquitecto, pintor, desenhador, partiu para Itália, sob os auspícios de D. João III, em 1537, com cerca de vinte anos, tendo aí convivido com os humanistas do seu tempo. Entre estes destaca-se, pelos laços de amizade e admiração, Miguel Ângelo, do qual chegou mesmo a elaborar o retrato. Na carta que escreve ao mestre em 1553 exorta a heróica virtude e imortal arte pictórica. Em Itália, estudaria arquitectura sendo impelido, segundo as suas próprias palavras, a escrever sobre a fortificação e reparo de Lisboa, devido ao facto de ter "(...) visto com meus olhos, e medido e desenhado com minhas mãos, as melhores forças e fábricas que há na europa..."<sup>19</sup>

<sup>16</sup> Cf. João de Barros, *Ásia... Década Segunda*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, 1.

<sup>17</sup> *Ibidem*.

<sup>18</sup> Vitruvius, *op. cit.*, ii.

<sup>19</sup> Cf. Jorge Segurado, *Francisco D'Ollanda...*. Lisboa: Edições Excelsior, 1961, 72. Para além da excelente nota introdutória, nesta edição encontramos os *fac-simile* dos seus tratados sobre Lisboa, os seus desenhos, e a carta que este escreveu a Miguel Ângelo.

Esta Lisboa é a capital do império. Recorde-se que, neste período quinhentista, a construção da ideia de cidade enlaça-se impreterivelmente com a edificação de uma nova noção do *Mundo*. A saída da Europa e o domínio dos espaços oceânicos implica uma transmutação do olhar que se subordina a novas formas de visualizar o globo. Como salienta Magalhães Godinho, a oferta por D. Manuel, em 1519, a Francisco I de um atlas iluminado, da autoria de Lopo Homem e dos Reineis, marca uma viragem a este nível<sup>20</sup>.

O mundo poderia ser contemplado de uma só vez, não sendo de estranhar que Goa seja a cidade representada por Georgius Braunius, nas suas *Civitates Orbis terrarum* (1574), como a mais afastada, apresentando um traçado que, para além de recordar o das cidades europeias, evoca como que as reminiscências dos Antigos.



### **Desenho de Goa de Georgius Braunus inserto no *Civitates Orbis Terrarum*<sup>21</sup>**

Tal torna-se tanto mais evidente no confronto que poderemos fazer com o debuxo da mesma urbe feito por D. João de Castro em 1538-39, no momento em que este nobre português escreve sobre a sua presença no espaço oriental, seguindo no entanto o seu discurso os propósitos de roteiro, isto é, a descrição de um percurso que passará a integrar a vivência dos portugueses nas águas do Índico. É o peregrinar do olhar em que o desenho auxilia e ilumina o que se vê.

<sup>20</sup> Cf. Vitorino Magalhães Godinho, *Le Devisement du Monde-De la pluralité des espaces à l'espace global de l'humanité - XVème-XVIème siècles*. Lisboa: Instituto Camões, 2000, 38.

<sup>21</sup> Esta imagem reproduzida no corpo do texto foi publicada in *Rotas da Terra e do Mar*. Lisboa: Diário de Notícias, s.d., 366.



### Desenho de Goa "a Nova", inserto no *Roteiro de Goa a Diu de D. João de Castro*<sup>22</sup>

Mas observemos o espaço urbano europeu de onde partiu esta aventura dos mares - Lisboa. O olhar sobre a cidade inicia-se sempre a partir da sua implantação no terreno. Em 1554, naquela que vai ser a sua *Urbis Olisiponis Descriptio*, o humanista português Damião de Góis, que tinha já visitado e vivido em várias cidades europeias, escreve esta sua *Laudes Urbium*. A sua descrição de Lisboa segue, como escreve Aires do Nascimento no excelente texto introdutório à sua tradução, esta forma literária, a qual sofre um novo fôlego no Renascimento, devido ao crescente interesse que as antiguidades despertavam e ao evidente enobrecimento que este discurso laudatório aportaria ao objecto exposto. Com efeito, Georgius Braunius conheceria esta descrição da cidade de Lisboa e servir-se-ia dela como uma das fontes primordiais da sua *Olissippo quae nunc Lisboa, civitas amplissima Lusitaniae, ad tagum, totius Orientis et multarum Insularum et Africaeque et Americae emporium nobilissimum*<sup>23</sup>, publicada em Colónia, em 1593, no quinto volume das *Civitates orbis terrarum*.

Lisboa é, pois, a cidade que, em 1554, como afirma Damião de Góis, abrange um espaço de: "...cinco colinas e outros tantos vales muito férteis e agradáveis, de tal forma que o seu

<sup>22</sup> *Ibidem*, 360.

<sup>23</sup> Cf. Damião de Góis, *Elogio da cidade de Lisboa - Urbis Olisiponis Descriptio*. Lisboa: Guimarães Editores, 2002, 43-72.

perímetro global pode ser computado em sete mil passos.”<sup>24</sup> Procurando traduzir visualmente a cidade, contemplando-a de longe e construindo a sua imagem abstracta, Góis escreve: “Não considero, porém, que seja fácil delinear-lhe a configuração e descrevê-la, já que assenta em solo acidentado e desigual. Contudo, se alguém, com olhar firme e desanuviado, quiser atentar na sua implantação e forma, a partir da povoação de Almada, que como assinalámos, se encontra na parte de além do estuário, verificará com certeza que, sobretudo na parte que se desenrola pela cidade, ela apresenta uma verdadeira configuração de bexiga de peixe.”<sup>25</sup> O sistema de referência é o recurso ao conhecimento comum, a par do que se revela uma evidente capacidade de operar num espaço figurado geometricamente. De imediato no texto goisiano, e ao mencionar o centro da cidade, o humanista declara: “ (...) se o solo fosse em todas as partes inteiramente plano, apresentaria do lado da terra, a forma de arco.”<sup>26</sup>

O elogio da cidade toma de imediato forma, expondo-se a grandeza e magnificência do interior da urbe, a qual rivaliza com: “ (...) todas as outras cidades da Europa, tanto pelo número de habitantes como pela beleza e variedade das construções. Efectivamente, sabe-se que conta com mais de vinte mil fogos no seu interior. Uma ingente quantidade deles é pertença quer de príncipes e nobres quer de simples cidadãos, estão construídos com tanta elegância e sumptuosidade que mal se pode acreditar e até as paredes interiores e as arcadas são revestidas, em toda a extensão, com madeiras da Sarmácia e ornadas com entalhes, ouro e pinturas de várias cores.”<sup>27</sup>

Os três descritores que definem esta urbe estão claramente expostos nas diferentes descrições que possuímos da Lisboa de Quinhentos. Assim revelam-se as estruturas funcionais, as quais, quando nos socorremos de alguns dos relatos dos estrangeiros, apresentam sérias deficiências. Exemplares são as palavras de um estrangeiro que visita Lisboa em finais do século XVI, afirmando que não se conseguiria viver nesta capital se “ (...) com o musgo, o âmbar e o benjoim, que aqui necessariamente, vêm da Índia, não se fizesse uma defesa contra os maus cheiros.”<sup>28</sup> São igualmente expostas as actividades que se

---

<sup>24</sup> *Ibidem*, 147.

<sup>25</sup> *Ibidem*.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 149.

<sup>27</sup> *Ibidem*.

<sup>28</sup> Rodrigo Banha da Silva e Paulo Guinote, *O Quotidiano na Lisboa dos Descobrimentos-Roteiro arqueológico e documental dos espaços e objectos*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos portugueses, 1998, 224. Disponibilizam-se no final desta obra excertos significativos de fontes que se debruçam sobre Lisboa, esboçando o seu retrato. Tal é o caso do documento que citamos, pela primeira vez divulgado pela mão de A. H. Oliveira Marques.

desenvolvem no espaço urbano, bem como as relações sociais que aí se urdem. Desvenda-se a profunda e equilibrada interpenetração entre o núcleo urbano propriamente dito e os espaços rurais envolventes. As palavras de Duarte Nunes de Leão são exemplares, pela evocação metafórica/utópica desta urbe: "Passando duas léguas abaxo de santarém, vem a agoa do mar a receber este rio, e vai alargando mais. E daí vai povoado de muitos lugares frescos de muitos arvoredos, e mui boons edificios, que fazem uma representação do paraíso terreal, até chegar a Lisboa, onde se faz o maior e mais fermoso porto de todo o descuberto, assi por a segura estação das naos, como por a fermosissima vista que de si dá à grande cidade de Lisboa(...)"<sup>29</sup>.

Preciso e conciso, logo em 1551, Cristovão Rodrigues de Oliveira relata a urbe: "Tem esta cidade da parte da tera de fora dos muros a meia légua e a terço de légua, seis centas quintas; e de termo trinta léguas em roda. E duzentos lugares, todos debaixo da sua jurisdição. É de ares mui temperados, verão e inverno, de mui sadio sítio, de muito boas águas em abastança. E está no fim do quarto clima, em trinta e nove graus, pouco menos, que é o mais temperado do habitado."<sup>30</sup>

Lisboa é a grande metrópole em que, já em 1531, um em cada cinco portugueses habitava um espaço urbano, sendo que durante o reinado de D. Manuel, 5 % total da população portuguesa vivia na capital do reino de Portugal. Esta passou, grosso modo, no apogeu da rota do Cabo, de 60 mil residentes para 180 mil. Colhemos em Cristóvão Rodrigues de Oliveira, na sua já citada *Lisboa em 1551...* que existiam na capital dez mil casas, e dezoito mil vizinhos, sendo ao todo cem mil as almas, das quais, nove mil novecentos e cinquenta, seriam escravos. Estes números não comportavam a Corte, nem o movimento sazonal e quotidiano dos que viajavam nas naus e na cidade aportavam. Noticia-se a presença de muitos mercadores estrangeiros e de muita outra gente de fora, assinalando Rodrigues de Oliveira que neste burgo se contariam trezentas e vinte e oito ruas, cento e quatro travessas, oitenta e nove becos, e sessenta e dois postos que não são ruas<sup>31</sup>.

As casas de Lisboa apresentam dois, três, quatro e cinco sobrados, imperando a trama refratária medieval no desenho da cidade. Dever-se-á, contudo, referir a regularidade

<sup>29</sup> Duarte Nunes de Leão, *Descrição do Reino de Portugal*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, 170.

<sup>30</sup> *Ibidem*, 201. Transcrição do texto de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Lisboa em 1551. Sumário em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa*.

<sup>31</sup> *Ibidem*.

esquemática de um Bairro Alto. Cruzamo-nos, nas descrições, com os barbeiros nos vãos das escadas, as boticas nos vãos das portas, os viroteiros e outros oficiais instalados nos balcões. Registam-se os maceiros, sirgueiros, tintureiros, peliteiros, surradores, ecoam os sons dos martelos e das várias ferramentas habilmente usadas nas oficinas, nas ruas, becos e vielas da cidade. Sulcam os ares os cheiros dos fogareiros de barros e das sardinhas assadas e o empório copiosíssimo dos aromas que chegam do Oriente. Deparamo-nos com o bulício da mercância na pena de quem exulta a cidade: "(...) passando a Praça Nova do Rei, que transborda de entalhadores, joalheiros, ourives, cinzeladores, fabricantes de vasos, artistas de prata, bronze e de ouro, bem como fanqueiros, cortando à esquerda, chegaremos a uma outra artéria que tem o nome de Rua Nova dos Mercadores, muito mais vasta que todas as outras ruas da cidade, ornada, de um lado e de outro, com belíssimos edifícios. Para aqui confluem, todos os dias, à compita, comerciantes de quase todas as partes do mundo e suas gentes, em concurso extremo de pessoas, por causa das vantagens oferecidas pelo comércio e pelo porto."<sup>32</sup>

Esta é, sem dúvida, a cidade da partida. A sua geometria funcional irá estar no debuxo do pensar o seu espaço, dominada pela matemática arquetípica da sua concepção. Observa-se no desenho/descrição da cidade o profundo fascínio pela figuração e pela simetria, lesando-se muitas vezes o propósito da funcionalidade. O simbólico impera na utopia do pensar, sendo paradigmático o modo como Francisco de Hollanda figura Lisboa, no feminino, espelhando o toque maternal, sinónimo de opulência e de protecção ao seu Rei. A cidade ganha o seu aspecto antropomórfico, enquanto a sua coroa de torres reunidas por muralhas evoca um outro espaço, o das élogas pastorais.

---

<sup>32</sup> Damião de Góis, *op. cit.*, 161.



**Desenho de Francisco de Holanda inserto na *Da fabrica que falece ha cidade de Lisboa...*<sup>33</sup>**

É ainda a cidade de Lisboa e o perfil de arquitecto especulativo, na senda vitruviana que leva Francisco de Holanda, em 1571, a escrever: "E considerando eu quão descomposta está Lisboa de fortaleza e quão desornada do que lhe muito importa, sendo ela cabeça do reino, e a coroa dela V. A. esforcei-me dar pera sua fortificação e ornamento (...)"<sup>34</sup>. Fá-lo na sua *Da fabrica que falece ha cidade de Lisboa...* salientando os edifícios que seriam de destacar na sua malha. O processo encontrado foi o da nomeação dos monarcas que contribuíram para a sua construção, referindo em primeiro lugar D. Afonso Henriques que a: "(...) enobreceu com a fabrica da Sé, e com o Mosteiro de S. Vicente de Fora e outros edificios e torres. E assim os outros reis todos D. Dinis, D. João de boa memória, D. João o segundo, que fez a nobre fabrica do hospital e outras. E o Felicissimo rei vosso bisavô com o Triunfo e vitoria da India quase a renovou de todo cercandoa da parte do Mar com o cais que a rodeia e paços muito melhor do que pola terra a tinha cercado el rei D. Fernando com o seu muro e argamassa que foi uma grande obra. E assim mesmo com o sumptuoso Mosteiro de Belém, e Torre e com a Misericórdia(...)"<sup>35</sup>.

<sup>33</sup> Esta imagem encontra-se inserta na obra de Jorge Segurado, *op.cit.*, 70.

<sup>34</sup> Cf. *ibidem*, 72-73.

<sup>35</sup> *Ibidem*.

O propósito primeiro de Francisco de Holanda é o de fortificar a capital. O conceber da cidade vai, deste modo, ser acompanhado de toda uma concepção utópica, que marca o delinear do espaço urbano, sendo aplicados os princípios teóricos que, já na segunda metade do século XVI, foram sendo explorados através de uma linguagem geométrico-matemática e no campo da arquitectura militar. As palavras de Holanda, no exórdio lançado ao jovem rei D. Sebastião, são denunciadoras deste propósito: "Assim que já que Vossa Alteza manda pelo Reino fazer novas fortalezas e pela costa do mar como é muito de louvar : Mande também fazer a Lisboa sua fortissima fortaleza de Bastiões, portas muros, pois que é cabeça de todas." <sup>36</sup>

Esta ideia é, além do mais, reforçada pela defesa do espaço matricial fundador do castelo. São de Holanda as palavras: "Vossa Alteza muito serenissimo Rei e Senhor a deve mandar fazer fortissima e inexpugnável: em o lugar do castelo Velho onde El rei que Deus tem a devera fazer. Metendo dentro dela o Monte de Nossa senhora da Graça e o de Nossa Senhora do Monte donde Lisboa se pode bater e tomar em tempo de cerco de que Deus a guarde." <sup>37</sup>

A nobreza da cidade expõe igualmente o poder do Rei. O oxímoro renascentista *Physis et polis* espelha-se na razão e no esquisso daqueles que são concebidos por Holanda como os paços de Xabregas: "E vejo que vossa alteza não tem casas em lisboa Dinias de sua pessoa (...)avia de ser como domicilio seu, e como uma cadeira ou almofada, onde viesse descansar e recolher-se das importunas calmas de Almeirim e Salvaterra e também das trovoadas e invernos da serra de Sintra." <sup>38</sup>

Contudo, em Holanda não deixamos de encontrar a funcionalidade enleada pelo prazer estético; a *Res publica* é contemplada nos desígnios do arquitecto, como é contemplada no modo como se pensa o espaço urbano extra-europeu, o que garante e protege a presença portuguesa noutras paragens. A passagem do Cabo da Boa Esperança e a chegada à Índia abre todo um *Mundus Novus*. Aporta-se à costa brasileira; intenta-se cortar o transporte de especiarias para Veneza, feito pelos árabes através da rota do mar Vermelho e do golfo Pérsico; conquistam-se as escalas árabes de Socotorá, e Ormuz; toma-se Goa e Malaca, abrindo-se o caminho para as Molucas, a China; toca-se, enfim, o Extremo Oriente. Não é,

---

<sup>36</sup> *Ibidem*, 81.

<sup>37</sup> *Ibidem*, 80.

<sup>38</sup> *Ibidem*, 94-95.

pois, estranho que nos esboços que possuímos das praças portuguesas relativos a estes espaços, seja a imagem da fortificação o que domina. Alguns destes desenhos acompanham as narrativas que descrevem a presença portuguesa nas paragens orientais, e servem de informante aos que no reino não vivenciaram os novos espaços.

A vista apresentada é a do mar para terra, como aliás se verifica no desenho já por nós referido de D. João de Castro. Destaca-se a implantação da praça junto a um espaço que possibilita a ancoragem das naus. Recorde-se que Gaspar Correia ao escrever as *Lendas da Índia*, debuxa o rio de Malaca, Calecute, Adem, Coullão, Ormuz, Judá, Ceilão, Cananor, Chalé, Diu e Baçaim, seguindo sempre esta mesma perspectiva do olhar. Aqui é a prática que impera na ideia da urbe. Mesmo nos esboços portugueses do século XVII que acompanham este tipo de textos – recorde-se António Bocarro ou Pedro de Resende –, deparamo-nos com a mesma técnica descritiva. O traço é despojado e preciso, assinalando-se o que se destacada na implantação natural da urbe.

A descrição das diferentes praças portuguesas formula-se no discurso historiográfico da Expansão, percorrendo descritores mais ou menos constantes, sinalizando-se o traçado topográfico, e destacando-se os sistemas defensivos montados na praça. Evoca-se a malha urbana através de grandes planos, e inventariam-se os produtos agrícolas que se podem recolher, bem como a qualidade das águas e os animais que servem para o alimento quotidiano das populações. A cidade é descrita através do traçado das suas ruas e casas, referenciando-se os materiais com que se constrói. Justapõem-se os elementos que caracterizam o espaço citadino, assinalando-se as comodidades de que se dispõe. A impressão geral que se oferece a quem vê ou lê traduz a valoração estética do descritor. O exótico pontua num belo em tudo dissemelhante do europeu.